

**ATA DA 180ª (CENTÉSIMA OCTAGÉSIMA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS – COMIV - FUNDAÇÃO AMAZONPREV – REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 2021.**

**DATA, HORA E LOCAL:** Aos 15 (quinze) dias do mês de outubro do ano de 2021, às 09:00 horas, na sede da Fundação Amazonprev, situada à Avenida Visconde de Porto Alegre, 486 – Centro, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos da Amazonprev para a reunião mensal, registrando a participação dos seguintes membros da Fundação Amazonprev: Alan Nascimento, Andreza de Souza, André Bentes, Bruno Costa Novo, Claudinei Soares, Leonardo Cavalcanti e o Sr. Bruno Barroso (Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas). Iniciada a reunião, o senhor Alan Nascimento apresentou os temas a seguir: **1. DELIBERAÇÕES ANTERIORES:** A respeito da Ata 179/2021, de setembro/2021, a Diretoria deliberou pelo **deferimento** das sugestões apresentadas, mantendo os recursos aplicados no fundo BTG Pactual Absoluto enquanto analisa as opções em Renda Fixa. **2. RELATÓRIO DE INVESTIMENTOS, CENÁRIO E RESULTADOS.** Com base na avaliação dos dados da Carteira de Investimentos feita pela empresa Actuarial, seguem os resultados para o mês: **a) Rentabilidade FPREV - Executivo.** Rentabilidade de -1,4554 % no mês, com acumulado anual de 1,0900 %, e em 12 (doze) meses o resultado registra variação de 9,3254% comparado a meta atuarial que registra variação de 16,2548% nesse período, a rentabilidade acumulada fica aquém da meta atuarial em -5,9606% no período de 12 (doze) meses. **b) Rentabilidade FPREV ALE.** Rentabilidade no mês de -1,6598%, e com acumulado de 12 meses em 6,4276%. O resultado frente a meta atuarial é de -8,4531% em 12 meses. **c) Rentabilidade FPREV Ministério Público Estadual – MPE / PGJ.** A rentabilidade de -1,4574% no mês, e em 12 meses de 1,7718%. **d) Rentabilidade FPREV do Tribunal de Justiça.** A rentabilidade de 0,3870% no mês, e 12 meses de 3,1128%. **d) Rentabilidade FPREV do Tribunal de Contas.** A rentabilidade de 0,0207% no mês, e em 12 meses de 1,7581%. **e) Rentabilidade FPREV da Defensoria Pública.** A rentabilidade de -0,5370% no mês, e em 12 meses de 1,2943%. Por fim, considerando os resultados **Consolidados** da AMAZONPREV/FPREV, o Comitê registra rendimentos no mês de **setembro/21** de -1,2716%, abaixo da meta atuarial em -2,8344%. Em 12 (doze) meses, a rentabilidade registrada é de 8,3474%, ficando aquém da meta em -6,8018% nesse período. **2.1 Registro de Cenário e Expectativas:** Com apoio dos Relatórios: Carta do Gestor emitido pela BRAM Asset Management - O mês de setembro foi marcado pelo aumento da incerteza com relação a continuidade da recuperação global, novos ventos vindos da China adicionaram ao cenário uma possibilidade de desaceleração mais forte. Nesse sentido, notou-se um aumento na aversão ao risco, que levou a uma queda



nos preços dos ativos pelo mundo. Adicionalmente, observou-se uma estabilização nos preços das commodities, porém com uma queda expressiva nos preços do minério de ferro, devido às informações sobre mudanças no mercado imobiliário chinês. Com o descasamento entre oferta e demanda, o ambiente inflacionário continua, o que tem levado os bancos centrais pelo mundo a tomar ações. Nesse sentido, o Banco Central Europeu decidiu reduzir o volume de compras de ativos e o Banco Central Americano, o FED, dá sinais de início desse processo no próximo mês. Por fim, uma escassez de energética tem contribuído negativamente com a inflação e incrementado mais ruídos sobre uma desaceleração mais forte. No Brasil, seguimos em um ambiente de riscos fiscais crescentes, com muitas idas e vindas sobre a definição do orçamento para 2022, porém com nenhuma solução concreta. A retórica expansionista do governo piora as perspectivas do endividamento e concomitantemente adiciona mais incerteza ao cenário inflacionário. O Banco Central, por sua vez, segue ajustando o discurso na tentativa de ancorar as expectativas do mercado, ao passo que mantém os aumentos na taxa básica de juros na ordem dos 100 pontos para a próxima reunião, porém os investidores permanecem acreditando que o nível de juros necessário para conter a inflação deveria ser superior ao indicado nas comunicações. Adicionalmente, foi reduzida a chance de racionamento de energia, mas a crise hídrica segue no radar trazendo impactos principalmente do lado inflacionário. A gestão (BRAM) segue acreditando em um crescimento da economia neste ano próximo a 5,3% e uma inflação por volta de 8,8%, dito isso, espera-se para o final de 2021 uma Selic de 8,25%. O mercado de renda fixa segue bastante pressionado pelo cenário mencionado, houve uma abertura na curva de juros em todos os vencimentos, tanto nos ativos prefixados quanto nos atrelados à inflação. Importante destacar a menor volatilidade dos ativos atrelados à inflação e o desempenho positivo para os ativos de curto prazo, representados pelo índice IMA B5. As LFTs, ativos pós fixados em Selic, seguem com um desempenho positivo e se recuperam bem no ano. O Real segue como uma moeda atrativa quando ponderamos o risco pela taxa de juros do Brasil, entretanto o cenário global trouxe um risco adicional fortalecendo o Dólar pelo mundo. O Dólar fechou o mês a 5,44, com uma alta de 5,76% e no ano passou para o campo positivo com uma alta de 4,67%. Em setembro foram adicionados novos pontos de atenção ao cenário de crescimento elevado do PIB global para 2022. Dentre diversos fatores, pode-se citar o impacto da variante Delta principalmente em países com baixo nível de vacinação, preocupações com inflação acima dos níveis normais, novidades regulatórias na China e seus efeitos colaterais na economia. O S&P 500 teve retorno de 4,76% e o MSCI Emerging Markets 4,25%. Estes índices acumulam retorno no ano de 14,68% e 2,96% respectivamente e em moeda original. No Brasil, o ambiente global negativo se somou às





preocupações em torno do risco fiscal, que, juntamente com o risco político, o risco hidrológico e a inflação são os pontos de atenção internamente. O Ibovespa teve retorno de -6,57 no mês, levando o para retorno negativo de -6,75 no ano. O fluxo do investidor estrangeiro foi levemente negativo em setembro, continuando bastante positivo no ano. A gestão está com visão cautelosa para renda variável no curto prazo. O aumento das incertezas locais e globais motiva tal posicionamento. O excelente comportamento das empresas listadas e o crescimento cíclico do PIB proporcionado pelo mundo pós Covid são os fatores positivos. Para a gestão, o balanço de forças entre a expectativa de novos pacotes de estímulo fiscal nos EUA e o ambiente local mais incerto justificam a adoção de portfólios balanceados em empresas ligadas a commodities e as expostas ao consumo doméstico, com expectativa de crescimento acima do mercado, potencial de consolidação e bem posicionadas para os desafios que temos pela frente. Sobre a performance setorial, o mês foi bem positivo para os setores mais defensivos como: Alimentos Agronegócio, Bens de Capital e Serviços Públicos. O plano da China de atingir carbono zero até 2060 continua proporcionando valorização do setor de Petróleo com a expectativa de aumento de consumo da commodity. Ao mesmo tempo, pressiona para baixo o setor de Mineração Siderurgia com a queda dos preços de minério de ferro devido ao desligamento de siderúrgicas no país. Setores sensíveis a taxas de juros e ao crescimento local complementam a lista de setores com destaque negativo como Construção Civil, Varejo e Consumo. (Fonte: BRAM Asset Management).

**3. ESTRATÉGIAS PARA O PRÓXIMO PERÍODO.** O Relatório FOCUS, de 08/10/2021, mantém perspectiva de alta da inflação (8,59% ao final de 2021) com consequente alta da taxa Selic (8,25% ao final de 2021), e mesmo crescimento do PIB para 2021. O mercado olha com pessimismo para o PIB de 2022, projetando alta 1,54% de crescimento, menor do que 4 semanas anteriores. Ainda se vê um ambiente interno com riscos fiscais ao mesmo tempo que avançam as discussões sobre um novo ICMS cobrado sobre os combustíveis, como forma de conter o aumento do preço desse produto, diminuindo a carga sobre a inflação, que tem sido uma das grandes preocupações do governo. Sob essas incertezas, a abertura da curva de juros se mantém em todos os vencimentos, aumentando a volatilidade dos ativos de Renda Fixa indexados à inflação. Por outro lado, observa-se otimismo dos mercados externos, que seguem apresentando dados fortes de desempenho econômico e valorização dos principais índices de ações e a manutenção da taxa básica de juros em patamares historicamente baixos e próximos a zero, por ora. Os preços do petróleo, que tem se destacado nos últimos dias, tem se mantido com tendência de alta. A Agência Internacional de Energia afirma que, com o enfraquecimento da onda Covid-19 e o levantamento das restrições em muitas partes do mundo, a demanda global está crescendo





mais rápido do que a OPEP e seus aliados estão aumentando a oferta, o que pode ameaçar a recuperação econômica mundial. A retomada da atividade no pós-pandemia tem sido marcada por uma sobreposição de choques de oferta, tornando o cenário mais desafiador para os Bancos Centrais. A energia representa um bom exemplo, diversos países da Europa já registram alta nos preços entre 100% a 300%, desorganizando diversos setores, impactando na cadeia produtiva e desacelerando a retomada do crescimento econômico, porém, sem frear a inflação que já está disseminada. Com esses dados, foram discutidos pelo Comitê: Manter a alocação em fundos com maior *duration* e/ou com gestão mais ativa, aproveitando a desvalorização dos papéis do tesouro de longo prazo o que aumenta o valor do prêmio desses ativos. Alocação de recursos em fundos Referenciados DI de forma a reduzir o impacto da volatilidade da renda fixa sobre a carteira da Amazonprev, mas como recurso de caixa para pagamento da folha; Alocação em fundos de Créditos Privados que apresentam valorização acima do CDI, sendo uma boa alternativa de diversificação da carteira considerando o cenário de alta de juros no curto prazo. Neste caso, o cuidado passa pela análise da qualidade dos papéis, e considerando que se trata de movimento estratégico, podendo ser revista ao longo do tempo ou à medida que o cenário de crédito privado se torne mais restrito; compra de Títulos Públicos com contabilização pelo valor de aquisição; e por fim, realocação de recursos em fundos de ações com ajustes na estratégia Valor, Small, Dividendos e de gestão ativa, visto que o cenário atual trouxe maior desconto nos preços da ações, possibilitando ao gestor do fundo gerar maior performance da carteira frente ao índice Bovespa. Foi considerado que não há espaço para novos recursos em fundos multimercado e de Investimentos no Exterior. No entendimento do Comitê, a diversificação da carteira sempre será a melhor estratégia em qualquer cenário, a volatilidade registrada nesse momento traz oportunidades de investimentos, principalmente para a realização de preço médio para os ativos de maior risco, lembrando que a filosofia de Longo Prazo de RPPS deve prevalecer. Assim, após debater amplamente sobre a estratégia mais adequada, o comitê de investimentos sugere: **3.1. FPREV EXECUTIVO: a) Novos Recursos:** Ratear entre os fundos MONGERAL AEGON CP FI RF LP (19.488.768/0001-84); SANTANDER RF CP CRESCIMENTO INSTITUCIONAL FI LP (17.138.474/0001-05); ITAÚ HIGH GRADE RF CP FIC FI (09.093.883/0001-04); BTG PACTUAL CP I FIC DE FI RF CP (: 14.171.644/0001-57), até o limite legal permitido, passando a ser rateados entre os fundos GUEPARDO VALOR INSTITUCIONAL FIC FIA (38.280.883/0001-03) e fundo VINCI SELECTION EQUITIES FIA (15.603.945/0001-75). **b) Recursos Atuais:** Ficou definido pelo Comitê que o recurso aplicado no fundo Bradesco DI Premium poderá ser utilizado para o pagamento da folha de aposentados e pensionistas do mês, a cargo do Coordenador da



COFIN e de acordo com o cronograma de execução das folhas. **3.2. FPREV ALE: a) Novos Recursos:** Ratear entre os fundos MONGERAL AEGON CP FI RF LP (19.488.768/0001-84); SANTANDER RF CP CRESCIMENTO INSTITUCIONAL FI LP (17.138.474/0001-05); ITAÚ HIGH GRADE RF CP FIC FI (09.093.883/0001-04); BTG PACTUAL CP I FIC DE FI RF CP (: 14.171.644/0001-57), até o limite legal permitido, passando a ser rateados entre os fundos GUEPARDO VALOR INSTITUCIONAL FIC FIA (38.280.883/0001-03) e fundo VINCI SELECTION EQUITIES FIA (15.603.945/0001-75);

**3.3 MPE FPREV. a) Novos Recursos:** Ratear entre os fundos MONGERAL AEGON CP FI RF LP (19.488.768/0001-84); SANTANDER RF CP CRESCIMENTO INSTITUCIONAL FI LP (17.138.474/0001-05); ITAÚ HIGH GRADE RF CP FIC FI (09.093.883/0001-04); BTG PACTUAL CP I FIC DE FI RF CP (: 14.171.644/0001-57), até o limite legal permitido, passando a ser rateados entre os fundos GUEPARDO VALOR INSTITUCIONAL FIC FIA (38.280.883/0001-03) e fundo VINCI SELECTION EQUITIES FIA (15.603.945/0001-75).

**3.4 DPE/AM-FPREV. a) Novos Recursos:** Ratear entre os fundos MONGERAL AEGON CP FI RF LP (19.488.768/0001-84); SANTANDER RF CP CRESCIMENTO INSTITUCIONAL FI LP (17.138.474/0001-05); ITAÚ HIGH GRADE RF CP FIC FI (09.093.883/0001-04); BTG PACTUAL CP I FIC DE FI RF CP (: 14.171.644/0001-57), até o limite legal permitido, passando a ser rateados entre os fundos GUEPARDO VALOR INSTITUCIONAL FIC FIA (38.280.883/0001-03) e fundo VINCI SELECTION EQUITIES FIA (15.603.945/0001-75).

**3.5. TJ/AM-FPREV. a) Novos Recursos:** Ratear entre os fundos MONGERAL AEGON CP FI RF LP (19.488.768/0001-84); SANTANDER RF CP CRESCIMENTO INSTITUCIONAL FI LP (17.138.474/0001-05); ITAÚ HIGH GRADE RF CP FIC FI (09.093.883/0001-04); BTG PACTUAL CP I FIC DE FI RF CP (: 14.171.644/0001-57), até o limite legal permitido, passando a ser rateados entre os fundos GUEPARDO VALOR INSTITUCIONAL FIC FIA (38.280.883/0001-03) e fundo VINCI SELECTION EQUITIES FIA (15.603.945/0001-75).

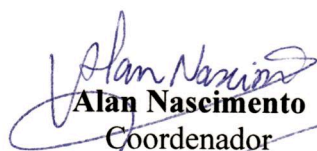
**3.6. TCE/AM-FPREV. a) Novos Recursos:** Ratear entre os fundos MONGERAL AEGON CP FI RF LP (19.488.768/0001-84); SANTANDER RF CP CRESCIMENTO INSTITUCIONAL FI LP (17.138.474/0001-05); ITAÚ HIGH GRADE RF CP FIC FI (09.093.883/0001-04); BTG PACTUAL CP I FIC DE FI RF CP (: 14.171.644/0001-57), até o limite legal permitido, passando a ser rateados entre os fundos GUEPARDO VALOR INSTITUCIONAL FIC FIA (38.280.883/0001-03) e fundo VINCI SELECTION EQUITIES FIA (15.603.945/0001-75).

**3.7 Fundo Financeiro - EXECUTIVO, ALE, DPE, MPE, TCE, TJAM FFIN e Recursos FPPM:** Aplicar os recursos no fundo Bradesco Maxi Poder Público, facilitando a operacionalização dos pagamentos das folhas de inativos e pensionistas desses órgãos.



Devendo ser observados os limites para aplicação conforme legislação vigente. **3.8. COMPREV.** Direcionar para o fundo Bradesco Maxi Poder Público. **3.9. Recursos da Taxa de ADM:** Os Novos Recursos repassados pelo Poder Executivo, devem ser aplicados no fundo Maxi poder Público, direcionando o residual, se houver, para o Fundo Caixa Gestão Estratégica. Aos valores repassados pelos demais órgãos serão mantidas as aplicações atuais, que podem ser utilizados, a critério da área financeira, desde que para fins de custeio administrativos. Havendo necessidade, a GERAFF/COFIN pode solicitar transferência de valores da Caixa para o Bradesco. **4. POSIÇÃO ATUALIZADA DA CARTEIRA.** Registra-se a posição em 15/10/2021: **FPREV EXECUTIVO:** Total de Recursos: R\$ 5,055 bilhões, sendo Fundos de Investimento: R\$ 4,275 bilhões; TPF: R\$ 721,644 milhões contabilizados pelo custo de aquisição acrescido da rentabilidade contratada; Títulos CVS: R\$ 9,143 milhões; Imóveis: R\$ 61,835 milhões. **FPREV ALE:** R\$ 16,724 milhões. **FPREV MPE/AM:** R\$ 185,589 milhões. **FPREV TJAM:** R\$ 486,254 milhões em Fundos de Investimentos. **FPREV TCE/AM:** R\$ 116,144 milhões aplicados em Fundo de Investimentos. **FPREV DPE/AM:** R\$ 33,874 milhões aplicados em Fundo de Investimentos. O Total de Recursos da Amazonprev, considerando todas as aplicações e disponibilidades é de **R\$ 5,999 bilhões.** **05. NOVOS PRODUTOS DE INVESTIMENTOS.** A respeito dos fundos de participação das instituições Vinci Partners e Kinea Asset, os comitentes registraram o recebimento dos documentos dos fundos, bem como o questionário de informações complementares solicitados pelo Comitê. Os dados serão analisados e discutidos na próxima reunião para a manifestação dos membros sobre a possibilidade de aplicação. **06. REUNIÕES VIRTUAIS COM AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS:** Foram realizadas reuniões por vídeo conferência com as instituições: BRAM (22/09), AZ Quest (04/10), OCCAM (07/10) e Brasil Capital (13/10). Com destaque, nessas reuniões, para o cenário base e justificativa das estratégias adotadas pelos gestores. **07. REUNIÃO COM A PRESIDÊNCIA.** O Sr. Alan registrou a reunião com o Diretor Presidente e Diretor de Administração e Finanças realizada no dia 14/10, onde foram informados sobre: 7.1 Alterações no processo de preenchimento dos formulários APR's, sendo obrigatória a assinatura eletrônica no sistema CADPREV para o envio das informações do DAIR em cada mês. Assinam o Proponente (gestor dos recursos ou o responsável pela proposição), o Responsável Legal pelo RPPS (Diretor Presidente) e o Responsável pela Liquidação (área financeira/tesouraria). Essas informações foram divulgadas através de reunião com a SPPS. Ficou registrado que o envio das informações dos investimentos, via DAIR, tem prazo definido e pode impactar na renovação do CRP, além de serem consideradas para as premiações da ABIPEM e ANEPREM; 7.2

Certificação Profissional dos RPPS - conforme sugerido pelo auditor do pró-gestão, deveria dar ciência aos envolvidos de que a partir da data de publicação da Portaria regulamentado o procedimento, os exames de certificação ANBIMA ou CGRPPS realizados pelos servidores, não terão validade para a nova Certificação. As certificações atuais serão válidas para a Nova Certificação até o seu vencimento. Destacou-se que a norma exige que todos os membros do Comitê estejam certificados, por isso, foi sugerido que, dentro das possibilidades da Amazonprev, os membros do Comitê fossem inscritos para a Certificação de Especialista ANBIMA – CEA, de forma a garantir a continuidade desse item da norma, além de possibilitar elevar o nível da certificação do pró Gestão para o nível máximo do manual; 7.3 Foi informado que também é necessário, para atendimento ao item 3.2.6, página 30, do Manual do Pró Gestão, a criação de área específica para o acompanhamento dos riscos tratados na política de investimentos, como apoio ao Comitê de Investimentos. **10. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2022.** Foi colocado em votação o Plano de Aplicações e Investimentos. Com destaque para a sugestão de Estratégia de Alocação de Recursos, onde a proposta principal é diversificar ao máximo a carteira de investimentos da Amazonprev, com base nos ativos listados na Resolução CMN nº. 3.922/2010. Outro ponto destacado é o Programa de Educação Financeira, trazendo como prioridade a Certificação Profissional dos gestores do RPPS e demais servidores envolvidos no processo de investimentos, além dos membros do Comitê devem estar certificados os Diretores e membros dos Conselhos de Administração e Fiscal. Todos aprovaram a Política de Investimentos, que deve ser encaminhada à Diretoria. **11. ENCERRAMENTO.** Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a reunião, ficando prevista para o dia 15/10/2021 a próxima reunião Ordinária do Comitê, da qual eu, Alan Nascimento, coordenador do COMIV, redigi a referida Ata, que assino com os demais membros abaixo nominados.



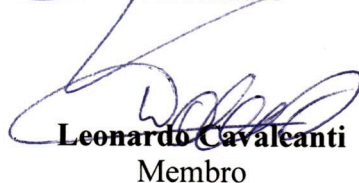
**Alan Nascimento**  
Coordenador



**Bruno Costa Novo**  
Secretário



**Bruno Barroso**  
Membro



**Leonardo Cavaleanti**  
Membro



**Andreza de Souza Silva**  
Membro



**Claudinei Soares**  
Membro



**André Luis Bentes de Souza**  
Membro